

ensino

A LÍNGUA E A CULTURA PORTUGUESA EM MACAU E AS INSTITUIÇÕES AO SEU SERVIÇO NO PRESENTE E NO FUTURO*

*Jorge Rangel ***

O depoimento que aqui se faz sobre «A Língua e a Cultura Portuguesa em Macau e as instituições ao seu serviço no presente e no futuro» — tem de ser entendido como um testemunho, forçosamente breve, de quem há muitos anos está profundamente empenhado nesta tarefa que aqui nos junta e que a todos galvaniza.

Testemunho, também, de quem, por funções governativas que lhe estão confiadas, não quer — e não pode — deixar de vos falar do projecto que em Macau vimos desenvolvendo, cientes de que os objectivos que nos propomos serão realizados.

Para se perceber a situação da língua portuguesa em Macau, forçoso é lembrar que, apesar de velha de mais de quatrocentos anos, a forma de estar dos portugueses sempre assumiu características do que poderemos designar por uma «soberania de presença». A comunidade portuguesa, numericamente muito pequena se comparada com a chinesa, nunca impôs a sua língua à população local; as comunidades em presença, embora coexistindo lado a lado e respeitando-se, viveram, durante muito tempo, por imposição das circunstâncias, como que fechadas sobre si mesmas e de acordo com as suas heranças culturais que, apesar de tudo, aqui e ali se foram interpenetrando. Daqui deriva que, além da pequena comunidade portuguesa, ali radicada ou nascida, muito poucos eram os outros habitantes que falavam e aprendiam o português, sendo também poucos os portugueses que falavam e escreviam o chinês.

É bom lembrar que saber línguas estrangeiras foi, quase até ao nosso tempo, privilégio dos eruditos e dos profissionais de relações

* Texto base de uma comunicação apresentada no «Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente», realizado no Rio de Janeiro em Abril de 1995.

** Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude do Governo de Macau.

internacionais. Para os primeiros, a língua a estudar era sobretudo escrita, valorizada em termos culturais, veículo de conhecimento sobre os povos e a sua maneira de ser e pensar. Para os segundos, a língua era predominantemente oral, adaptável ao objectivo imediato a atingir. Só no nosso século, numa era em que as viagens e as relações comerciais e industriais entre países se tornaram mais fáceis e frequentes, a aprendizagem de línguas estrangeiras se generalizou, entrando nos «curricula» das escolas.

Para a grande maioria da população de Macau o português nunca foi nem a língua materna nem a principal língua de comunicação nas tarefas do quotidiano. A grande maioria da população de Macau foi sempre de etnia chinesa (hoje, cerca de 95 por cento), tendo como língua materna o chinês, predominantemente na sua forma dialectal cantonen-se, que é usada em todos os domínios sociais de comunicação (relações familiares, de vizinhança, de amizade, educativas, profissionais e transaccionais). Outros dialectos chineses são também usados e, ultimamente, tem estado a ganhar força a língua oficial da República Popular da China (o «putonghua» ou o «mandarim»), até há poucas décadas praticamente desconhecida da população local, a qual quase duplicou nos últimos vinte anos, com a entrada maciça de chineses, oriundos especialmente das províncias de Guangdong e Fukien. À língua chinesa, nas suas diversas variantes dialectais, segue-se provavelmente o inglês, língua universal, ali muito importante no domínio definido pelas relações transaccionais, nomeadamente as comerciais e as ligadas à actividade turística. O português é apenas a 3.^a língua, privilegiando-se o seu uso nas relações burocrático-administrativas.

É a partir desta realidade, aqui descrita em traços forçosamente muito genéricos, que se tem de entender o esforço que se vem fazendo para, no pouco tempo que nos falta para o final do milénio, podermos criar e consolidar uma sociedade capaz de compreender e defender o legado cultural que deu a Macau uma identidade própria.

Esta questão ganhou especial acuidade com a assinatura, em 1987, da Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre o futuro de Macau, que define as grandes linhas em que se processará a transferência, de Portugal para a República Popular da China, do exercício da soberania sobre Macau, a ocorrer em Dezembro de 1999.

Para se poder compreender melhor a política de difusão da língua e de preservação cultural que em Macau se vem realizando, é útil referir o que naquelas áreas foi definido na Declaração Conjunta.

De acordo com este documento, a República Popular da China (RPC) estabelecerá, a partir de 20 de Dezembro de 1999 e por um período de 50 anos, a Região Administrativa Especial de Macau, que gozará de um alto grau de autonomia, será administrada por habitantes locais e manterá os actuais sistemas social e económico e as leis vigentes, sendo assegurados todos os direitos e liberdades dos habitantes, designadamente as de expressão, de reunião, de imprensa, de associação, de investigação académica, de religião e de crença e o

direito à propriedade privada. Por desnecessário, não vale a pena enunciar todas as garantias da continuidade do actual modo de vida de Macau, mas chamarei a atenção para o compromisso que aqui nos interessa referir. No seu ponto n.º 5, a Declaração Conjunta consagra: «*A Região Administrativa Especial de Macau definirá, por si própria, as políticas de cultura, educação, ciência e tecnologia e protegerá, em conformidade com a lei, o património cultural de Macau. Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau*».

Em complemento da Declaração Conjunta, negociada e assinada pelos Governos de Portugal e da República Popular da China, a Assembleia Popular Nacional da RPC aprovou em 1993 a Lei Básica da futura RAEM, que é a lei constitucional que irá reger Macau na primeira metade do próximo século. O seu artigo 9.º refere: «*Além da língua chinesa, pode usar-se a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial*».

Chama-se a atenção para o facto de a Lei Básica, que é apenas da responsabilidade do Governo chinês, ir mais longe do que a Declaração Conjunta, ao consagrar o português, além do chinês, também como língua oficial. Em consonância com esta disposição, o Governo português declarou também, em 1992, o chinês como língua oficial, o que faz já de Macau um Território com duas línguas oficiais: o português, língua da Administração e o chinês, língua materna da larga maioria da população.

No capítulo referente à cultura, a Lei Básica garante, entre outros aspectos, que «*os estabelecimentos de ensino de diversos tipos, anteriormente existentes em Macau, podem continuar a funcionar*» e «*gozam, nos termos da lei, da liberdade de ensino e da liberdade académica*»; «*os estabelecimentos de ensino podem continuar a recrutar pessoal docente fora da RAEM*»; «*os estudantes gozam de liberdade de escolha dos estabelecimentos de ensino*»; «*O Governo da RAEM protege os pontos de interesse turístico, os locais de interesse histórico e demais património cultural e histórico*» e «*não interfere nos assuntos internos das organizações religiosas*»; «*as organizações religiosas podem fundar, nos termos da lei, seminários e outros estabelecimentos de ensino*» e «*as escolas mantidas por organizações religiosas podem continuar a ministrar educação religiosa, incluindo a organização de cursos de religião*».

Servem as citações acabadas de fazer para enquadrar a questão que estamos a abordar: temos, pois, que a língua portuguesa será também língua oficial da futura Região Administrativa Especial de Macau e está também assegurada a liberdade de educação e a liberdade religiosa. A importância destas garantias é facilmente entendível se se referir que mais de 90 por cento das escolas do Território são particulares e destas cerca de 50 por cento pertencem à Igreja Católica.

Estão, pois, asseguradas, por dispositivos constitucionais, as condições para que a população de Macau possa manter a sua forma de viver e para que se possa continuar a ensinar e a falar a língua portuguesa. É neste sentido que o nosso grande esforço se dirige à formação dos recursos humanos que hão-de servir, amanhã, na futura Região Administrativa Especial de Macau: é que, formando homens no conhecimento, na vivência e no respeito das duas culturas ali em presença, está-se forçosamente a preservar e a reforçar a identidade própria de Macau.

Não se julgue, todavia, que é fácil de vencer o desafio que se nos depara. A constituição do tecido social de Macau, as solicitações do meio envolvente, o dinamismo das sociedades daquelas zonas, o peso das culturas milenares com que coabitamos, o facto de mais de metade da população não ter raízes no Território, por ter chegado há pouco tempo, além de outros factores menos favoráveis e que são próprios de períodos de mudança, criam, naturalmente, barreiras que é necessário vencer, tantas vezes com arte, quase sempre com muito engenho.

Na comunidade chinesa de Macau o ensino/aprendizagem do português faz-se normalmente ligado a uma instituição de ensino e geralmente em ambiente de sala de aula, o que significa que os alunos dificilmente têm necessidade de usar a língua fora das situações de uso recriadas no espaço pedagógico. Para o aprendente de etnia chinesa a situação de não imersão linguística derivada da pequenez da comunidade portuguesa dificulta seriamente não só a aprendizagem mas também o uso da língua.

O ensino de uma língua estrangeira não se limita só ao estudo dos aspectos linguísticos. O aprendente, ao aproximar-se pela primeira vez de um idioma estranho, tem de relacionar uma série de conceitos socio-culturais que influem na aprendizagem. Muitas das dificuldades sentidas pelos alunos de português em Macau não são apenas do tipo linguístico, são problemas de compreensão socio-culturais e de mentalidade. Por exemplo:

— Um dos problemas mais imediatos é o conceito da relação professor/aluno. O professor ocupa tradicionalmente na sociedade chinesa um lugar alto, enquanto sábio, letrado, mestre. O aluno não compreende, à partida, a posição menos rígida, por vezes mesmo de grande familiaridade dos professores portugueses.

— Outro ponto importante relaciona-se com a capacidade de memorização dos aprendentes chineses, decorrente do próprio idioma. Com efeito, a aprendizagem da língua chinesa, com milhares de caracteres distintos, desenvolve uma grande capacidade de memória visual. O professor deve usar esta capacidade usando a escrita, o quadro, os esquemas, etc. Os professores ocidentais estão habituados a métodos muito diferentes.

— No aspecto linguístico há que ter em conta a grande diferença entre as duas línguas, nos aspectos fonéticos e morfo-sintáticos. Em chinês há uma acentuada variedade tonal e não existem consoantes

vibrantes nem encontros de consoantes como bl, cr, fl, dv (bloco, cravo, flor, advogado); tão pouco existem consoantes finais (papel, fazer, cartaz, etc.). Em chinês não existem morfemas fixos de género, número, pessoa, tempo ou modo. O nome, o adjectivo, o pronome e o verbo são sempre invariáveis. Quer dizer, o sistema morfológico chinês é muito Simples ao contrário do sistema morfológico português.

Face às dificuldades expostas, e com base em experiências acumu-ladas ao longo de décadas, embora nem sempre bem sucedidas e tantas vezes sem continuidade, necessário se tornou conceber estratégias eficazes para o ensino do português a alunos de língua chinesa, ao mesmo tempo que se lhes abriu o mundo de cultura portuguesa, tantas vezes estranho quando comparado com a sua.

Estão estas tarefas entregues ao cuidado de instituições tanto particulares, como oficiais. Permita-se, pois, que se mencionem algumas delas, especialmente das que estão sediadas em Macau, e dos objectivos que prosseguem, bem como das acções que vêm realizando.

Para começar, o Instituto Português do Oriente (IPOR). Constituído em 1989, é uma pessoa colectiva de natureza associativa, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e património próprio, e tem por objectivo essencial preservar e difundir a língua e a cultura portuguesa no Oriente. Com sede em Macau, são seus fundadores o território de Macau, o Instituto Camões (anteriormente denominado Instituto de Cultura e Língua Portuguesa — ICALP) e a Fundação Oriente, fundação privada com sede em Lisboa, beneficiária de receitas provenientes do contrato de jogos de fortuna e azar firmado pelo Governo de Macau e pela respectiva concessionária e com grandes responsabilidades na promoção e difusão da língua e da cultura portuguesa em Macau e no Oriente, através de Macau.

A criação do IPOR decorreu da ideia estratégica de encontrar uma estrutura adaptada ao período de transição que Macau vive, capaz de superar as previsíveis mudanças provocadas pela transferência do exercício de soberania.

O programa de acção do IPOR tem uma linha de força definida pela expressão «Macau, diálogo de culturas» e dele constam quatro grandes objectivos:

- Apresentar Macau como ponto de encontro civilizacional e expressão concreta de diálogo e tolerância entre culturas tão diferentes como a chinesa e a portuguesa;

- Dinamizar o ensino da língua portuguesa em Macau, através de um centro de línguas, e no Oriente, através do apoio aos leitorados e centros de português;

- Preservar e valorizar a presença cultural portuguesa no Índico e Pacífico, apoiando e organizando iniciativas que defendam e promovam a cultura portuguesa em Macau e junto das comunidades de raiz cultural portuguesa;

- Estimular as relações históricas de Portugal com os países do

Oriente, nomeadamente com a República Popular da China, proporcionando contactos científicos, promovendo e apoiando o intercâmbio entre pessoas e ideias.

Não podendo ser esquecido o papel que a língua portuguesa ocupa na configuração da própria identidade de Macau, que se pretende preservar e valorizar, até porque o português continua a ser língua oficial de comunicação da administração, como já se disse, mesmo depois de 1999, o IPOR tem levado a cabo iniciativas como cursos de língua portuguesa nos seus níveis básico, intermédio e avançado, cursos estes realizados com o suporte financeiro da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude do Governo de Macau, e cursos para fins específicos e destinados a grupos profissionais. Uma das principais responsabilidades que esta instituição tem assumido é o apoio aos leitorados e departamentos de estudos portugueses junto de universidades asiáticas, através do pagamento das remunerações, subsídios de residência e de viagens aos leitores das Universidades de Jinan e Xangai, na RPC, de Pusan, na Coreia do Sul, Bangucoque, na Tailândia e Kuala Lumpur, na Malásia, e colaborando no fornecimento de material bibliográfico e participando financeiramente na execução dos planos de actividades, incluindo a organização de exposições, conferências, mostras de cinema português, concertos e visitas de estudantes estrangeiros a Macau.

O IPOR concede ainda bolsas de estudo a estudantes estrangeiros que estudam português nos leitorados e nos departamentos de estudos portugueses junto de universidades asiáticas, para frequência de cursos de Língua e Cultura Portuguesa, em Portugal, apoia os adidos culturais das embaixadas portuguesas no Oriente e mantém, em Macau, a Livraria Portuguesa.

Além da Fundação Oriente, já mencionada, outra fundação merece uma especial referência — a Fundação Macau, que é uma instituição pública com fins de carácter cultural, educativo e de fomento da investigação científica e tecnológica, com sede em Macau.

Cabe-lhe um papel importantíssimo no apoio à cooperação entre as instituições universitárias de Macau e as de Portugal e da República Popular da China e na concessão de bolsas de estudo, especialmente destinada a mestrados e outras pós-graduações. Compete-lhe também promover o intercâmbio de docentes e discentes com os países de língua portuguesa. Neste âmbito, gostaria de informar que a Fundação Macau concedeu, para estudarem nas instituições do ensino superior do Território, bolsas a estudantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor e Malaca, sendo esperados, para o próximo ano lectivo, estudantes de Goa, de Angola e do Brasil. Formamos, assim, lá longe, na Cidade do Nome de Deus, futuros quadros do mundo da lusofonia, que ficarão intimamente ligados a Macau. E a título de curiosidade, permitam-me que refira o facto de que o primeiro licenciado que a pequena comunidade de luso-descendentes de Malaca alguma vez teve em toda a sua história multissecular foi formado na Universi-

dade de Macau há dois anos.

Passemos agora à área da Administração Pública, verdadeiro sustentáculo de todo o esforço apontado para a criação da futura Região Administrativa Especial. Pretende-se uma Administração dotada de quadros bilíngues, garantia de permanência da língua portuguesa nos serviços oficiais da futura RAEM e da ligação que interessa continuar a manter, no interesse do Macau de amanhã, com o mundo lusófono.

Um dos programas de formação de quadros levados a cabo pelo Governo, através dos Serviços de Administração e Função Pública, é o chamado Programa de Estudos em Portugal (PEP), que constitui um instrumento privilegiado da política de localização de quadros e de promoção do bilinguismo na Administração Pública de Macau, tendo como objectivos primordiais:

- Aperfeiçoar os conhecimentos da língua portuguesa e permitir um melhor relacionamento com a realidade cultural portuguesa;
- Dar a conhecer os princípios, organização e modo de funcionamento da Administração Portuguesa, tendo em vista uma melhor compreensão do sistema administrativo de Macau; e
- Desenvolver a componente profissional através de cursos de formação e de estágios especializados.

O PEP, com duração não inferior a um ano, integra as seguintes fases:

- Acções preparatórias, compreendendo cursos e outras actividades, a realizar em Macau;
- Cursos de português, a realizar em Portugal;
- Curso de Administração e Gestão Pública Contemporânea, ministrado em Portugal e Macau; e
- Estágios de carácter profissional em Portugal e Macau.

O Programa de Estudos em Portugal (PEP) teve a sua 1.^a edição em Março de 1987 e nos 11 programas já realizados participaram 326 técnicos superiores da Administração Pública de Macau, de língua materna chinesa, aos quais se juntarão este ano mais 40 participantes.

Estes programas atestam o empenhamento da Administração de Macau, hoje liderada pelo Governador Vasco Rocha Vieira, na valorização dos recursos humanos para a Administração Pública, sendo justo realçar o apoio importante que na concretização destes programas nos é dado por instituições portuguesas nelas envolvidas, como o Instituto Nacional de Administração de Portugal (INA), centros de línguas e diversas Faculdades de Letras de Universidades portuguesas.

Outro serviço público altamente empenhado na difusão da língua e cultura portuguesa é a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude do Governo de Macau. Além do ensino oficial português, que suporta financeiramente na totalidade, o português é, através dela, ensinado nos jardins de infância luso-chineses e nas escolas primárias luso-ehinesas, sob a orientação de professores locais conhecedores das duas línguas.

Em 1985 começou também a funcionar o ensino secundário luso-chinês, experiência positiva que pode servir de modelo na fase de execução do novo plano de desenvolvimento curricular do sistema de ensino de Macau.

Concede também aquela Direcção de Serviços bolsas de estudo para a frequência, em Portugal, de cursos de língua e cultura portuguesa, que contemplaram, nos últimos anos, mais de 300 alunos, mas o seu trabalho mais significativo tem sido desempenhado pelo seu Centro de Difusão de Línguas (CDL). Desde a criação do CDL que se tem tentado melhorar, definindo estratégias próprias para os aprendentes de Macau, o ensino da língua portuguesa. A definição dos níveis de ensino, o novo modelo por módulos que correspondem a unidades capitalizáveis e a adaptação dos conteúdos às necessidades dos alunos e à realidade do Território são algumas das importantes medidas já tomadas.

O público que se inscreve no CDL tem sofrido modificações ao longo dos anos. Assim, se no início eram sobretudo os funcionários administrativos que procuravam as aulas de português para resolverem problemas imediatos de comunicação no trabalho, tem agora aumentado o número de técnicos qualificados e técnicos superiores bem como pessoas ligadas ao sector privado, sobretudo à banca e a empresas concessionárias de serviços de utilidade pública. Estes têm outro tipo de necessidades e exigências, ressaltando a necessidade do português escrito. Esta mudança obrigou os professores a actualizar e melhorar os materiais usados nas aulas para responder a uma exigência de qualidade dos próprios alunos. Largos milhares de jovens e adultos frequentaram os cursos do CDL nos últimos anos.

Vértice desta pirâmide, o ensino superior tem-se desenvolvido de forma espectacular em Macau. Neste momento, quatro instituições — todas elas ministrando ou oferecendo cursos em português e chinês — desenvolvem em Macau a sua actividade: a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau e a Escola Superior das Forças de Segurança, como instituições públicas, e a Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau), privada. Está em fase de instalação a Escola Superior de Turismo, agora intimamente associada à Escola Superior de Turismo do Estoril.

A formação de professores de língua materna chinesa como professores de português revelou-se bastante positiva. O facto de estes professores falarem a língua materna do aluno e pertencerem à mesma realidade socio-cultural permite-lhes compreender as dificuldades do aprendente e usar métodos mais eficazes. Um vasto programa de formação de professores de português está a ser preparado na Universidade de Macau, até porque no novo plano curricular de ensino, já aprovado no âmbito da reforma educativa em curso, mesmo nas escolas secundárias privadas de língua veicular chinesa passará, já no próximo ano lectivo, a ser ensinada a língua portuguesa. Apesar de enormes resistências de algumas associações chinesas, o resultado conseguido, através do Conselho de Educação de Macau, a que tenho a honra de presidir, pode

considerar-se correcto e positivo.

Entretanto, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude prepara a entrada em funcionamento, se possível já no ano lectivo de 1996/97, da futura Escola Portuguesa, que será herdeira do actual Liceu de Macau, assegurando assim a continuidade, para além de 1999, do ensino oficial português. Tem havido reuniões de trabalho em Portugal, nos Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros para preparação final de todo o enquadramento jurídico e do regime financeiro a aplicar à futura Escola Portuguesa, que deverá ser mantida por uma cooperativa de ensino, envolvendo entidades públicas e privadas, nacionais e locais.

Uma instituição do ensino superior, onde o estudo da língua portuguesa vem assumindo uma posição de destaque, é o Instituto Politécnico de Macau (IPM), agora membro de pleno direito do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, de Portugal.

O ensino da língua portuguesa no IPM assume duas vertentes: como língua estrangeira (e por isso mais funcional) em todos os cursos curriculares ministrados nas várias escolas que o integram, e como língua veicular e de trabalho na sua Escola de Línguas e Tradução. De referir que os alunos do Curso de Tradução e Interpretação, com nível de bacharelato, têm agora acesso a um curso complementar, conferindo o grau de licenciatura, ministrado na Universidade de Macau, através do seu Instituto de Estudos Portugueses.

A completar este leque de oferta na área de ensino do português, no passado mês de Março, o IPM, concretizando um projecto tantas vezes adiado, iniciou as transmissões da TV Educativa, que, para além de lições de chinês (cantonense e mandarim) e educação cívica, transmite lições de português para chineses.

Quando se fala de educação e da presença multissecular de Portugal no Oriente, justo é lembrar que foi Portugal quem levou para o velho continente asiático o ensino moderno de então: primeiro para Goa, depois até Macau, já lá vão mais de 400 anos.

Mas o importantíssimo projecto educativo de formação avançada que foi o prestigiado Colégio Universitário de S. Paulo, construído e mantido pela Companhia de Jesus, acabou por morrer por imposição do poder político que, no século XVIII, se instalou em Portugal. Tornou-se, porém, impossível substituir, em todos os territórios do vasto Ultramar, o papel da Igreja, talvez a única instituição então com capacidade, meios e recursos humanos para tão ingente obra.

Assim, a ruptura reduziu a educação superior existente em Macau à sua expressão mais simples e só séculos volvidos, entre naturais hesitações e irrazoáveis resistências, mas fundadas expectativas, foi possível lançar novos projectos, numa época muito particular da história do Território e já numa batalha contra o tempo. Só em 1981 Macau voltou a ter uma Universidade.

A progressiva consolidação do estatuto universitário da Universidade de Macau, que de Universidade privada, denominada Universidade

da Ásia Oriental, se transformou em 1991 em Universidade pública, conduziu a que, bem recentemente, esta instituição passasse a participar como membro efectivo e de pleno direito do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e da Associação Internacional das Universidades de Língua Portuguesa, que ainda há poucos dias reuniu no Recife.

No que toca à Língua e Cultura Portuguesa, tem vindo a Universidade de Macau a realizar um assinalável esforço que se traduz no número crescente dos que procuram os seus cursos, nomeadamente os que se ministram no quadro do Instituto de Estudos Portugueses e da Faculdade de Direito.

Oferece a Universidade de Macau, no âmbito do seu Instituto de Estudos Portugueses (IEP), uma licenciatura em Língua e Cultura Portuguesa, com a duração de quatro anos. Porém, a necessidade de permanentemente se procurar adequar à realidade em que se insere, e no quadro da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, iniciar-se-á no próximo ano lectivo uma nova licenciatura que privilegie, essencialmente, o bilinguismo e o estudo contrastivo da cultura europeia no quadro de um diálogo cultural diversificado e onde, quer por herança histórica, quer por desejável continuidade, os valores da latinidade continuarão a merecer especial estímulo. A reconhecida carência de sinólogos portugueses pode e deve obrigar-nos a um esforço acrescido para, pese embora a escassez de tempo disponível, se apostar na formação de quadros capazes de se assumirem como os privilegiados interlocutores entre a Europa de matriz latina e a plataforma multicultural em que Macau se insere.

Ponto chave e preocupação manifesta em todos os domínios é, inequivocamente, o do ensino do Português como língua estrangeira. Também aqui se têm vindo a multiplicar os esforços para, de forma equilibrada e pragmática, habilitar a Universidade dos meios necessários para responder quer aos que a procuram, quer às necessidades político-administrativas do Território, numa evidente manifestação de que, também neste caso, a Universidade se encontra ao serviço da comunidade em que se insere.

A introdução do ensino do Português nos planos curriculares das várias unidades académicas, o reforço da carga horária, a coordenação estabelecida através de níveis de competência linguística cientificamente comprovados ou, ainda, a prestação de apoio à Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, são a prova manifesta desse redobrado cuidado que, para além de procurar responder aos urgentes problemas da localização, acabará por se traduzir em resultados práticos no que respeita à manutenção do português, a par das outras línguas utilizadas.

Os investimentos culturais são sempre a longo prazo e os seus resultados não têm a lógica do mundo dos negócios. Ao que se tem feito haverá sempre que acrescentar, corrigir, intensificar. Assim se explica que, já no próximo ano, se iniciem cursos intensivos de aperfeiçoamento linguístico para os quadros superiores da Administração Pública. Cursos de Língua e Cultura Portuguesa, inspirados nos das Universidades

portuguesas, para estrangeiros, vão ser lançados também no próximo ano lectivo, permitindo que todos os quadros da Administração de Macau possam, até 1999, concluir os vários níveis de formação.

A formação de formadores, com uma forte matriz psicopedagógica é outra preocupação fundamental. Consciente de que é necessário vencer esta aposta, tem a Administração de Macau procurado viabilizar o contacto com centros especializados do exterior, nomeadamente no quadro da União Europeia, bem como num efectivo reforço das infra-estruturas pedagógicas (laboratórios e materiais audio e vídeo) que melhor viabilizem o difícil ensino de uma língua sintagmática a falantes de estrutura linguística tonal.

A estes desígnios, que expressam bem a componente já massificadora da nossa Universidade (cerca de 1 000 alunos chineses frequentam cursos de Português leccionados pelo IEP), tem forçosamente que se associar a vertente de investigação que, já com frutos dados (diversas teses de mestrado em literatura, em linguística e em história), urge reforçar. Será a partir destes fundamentos que se poderá erigir a ponte desejável para um diálogo cultural entre instituições universitárias de língua portuguesa e as suas correspondentes asiáticas. O início, igualmente previsto para o próximo ano lectivo, de cursos de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, nas suas variantes mais significativas (Linguística, Literatura e História), comprova como existe um plano orientador que procura, no essencial, formar elites intelectual e tecnicamente apetrechadas para responderem aos desafios do futuro. Ainda nesta linha se deve situar a política de colaboração com universidades portuguesas que, num espírito nunca regateado de cooperação, têm acolhido os estudantes bolseiros que, residentes em Macau ou vindos da República Popular da China, procuram aperfeiçoar os seus conhecimentos através de um contacto mais estreito com a língua portuguesa.

A Faculdade de Direito é outro dos pólos dinamizadores da presença cultural portuguesa na Universidade de Macau. Funcionando com o apoio científico e pedagógico da Universidade de Coimbra, que faz deslocar a Macau, periodicamente, alguns dos seus mestres mais ilustres, nesta Faculdade — uma prioridade da nossa política de localização, pois assegurará o cariz cultural português da futura organização judiciária do Território — formou há dois anos os seus primeiros licenciados e tem já em funcionamento cursos de pós-graduação.

No âmbito da formação docente para os ensinos básico e secundário de língua veicular portuguesa, novos cursos de professores vão também ter início no próximo ano lectivo, competindo-lhes assegurar o funcionamento da futura Escola Portuguesa de Macau e o ensino da língua portuguesa nas escolas de língua veicular chinesa.

No domínio da cultura — e sem me alongar — parece-me justo referir ainda o grande esforço de intervenção na defesa e valorização do património histórico, cultural e arquitectónico de Macau, onde tem tido papel decisivo o Instituto Cultural de Macau. A voz das pedras recordará às gerações vindouras o prolongado convívio de culturas que importa

continuar. Neste contexto, como peça fundamental desta política, teremos o Museu de Macau, cuja construção começará ainda no corrente ano, na velha Fortaleza do Monte, edificada pelos jesuítas no século XVII. Nele a população de Macau verá espelhada a sua História e melhor entenderá o significado deste Território ímpar no mundo. Este museu completa, assim, um outro, também cheio de mensagem, já existente, que é o Museu Marítimo de Macau.

O que ficará de tanto esforço? Que futuro pode a Universidade de Macau e podem outras instituições do Território ajudar a construir no amplo espaço da lusofonia?

Por certo um papel único e indiscutivelmente peculiar pela especificidade do espaço em que se inserem.

Antes de mais, o reforço da posição da língua portuguesa naquela região do Mundo será sinónimo de que, apesar das nossas limitadas possibilidades de intervenção tecnológica e económica, o português pode afirmar-se como língua de cultura, importante para estreitar laços entre o mundo de língua portuguesa e outros povos.

É nesta perspectiva que todos os anos, em Agosto, a Universidade organiza, em colaboração com o IPOR, a Fundação Macau e a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, os seus encontros com investigadores e os seus cursos de Verão que recebem estudantes e professores da Índia, Malásia, Tailândia, Hong Kong, Coreia do Sul, República Popular da China e Japão, que escolhem Macau para ali passarem as suas férias frequentando cursos básicos ou avançados de língua e cultura portuguesa.

Num Mundo em surpreendente transformação não custa ver que o eixo de interesses mundiais passa, inevitavelmente, por aquela parte do Globo, tantas vezes esquecida nas análises eurocêntricas. Por isso, reforçar e habilitar os estudos portugueses em Macau não é apenas defender uma posição linguística.

Reforçar culturalmente posições significará, desde logo, assegurar um papel de interlocutor, parceiro activo e de corpo inteiro no progresso científico, cultural e tecnológico.

Portugal, na estreiteza da sua periferia, só poderá dialogar se assumir, sem ambiguidades ou tibiezas, que os valores do Humanismo que ajudámos a divulgar serão sempre reconhecidos, mesmo quando a frieza dos números ou a volúpia monetarista parecem ditar lei.

Através da Universidade e na Universidade se joga grande parte de um plano cultural que, preparado com tanto esforço e trabalho, certamente dará os seus melhores frutos mais tarde, contribuindo para enriquecer o já vasto espaço lusófono.

Entendem isto, por certo, os responsáveis de tantas universidades daquela zona geográfica, pois às universidades do Japão que oferecem cursos de língua portuguesa a tantos milhares de estudantes, juntam-se as Universidades de Banguecoque, Kuala Lumpur, Pusan e, na China, que amanhã assumirá a soberania de Macau, ouvimos falar português na Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim, no Instituto de Lín-

guas Estrangeiras de Xangai, na Universidade de Jinan, em Cantão, e nas Universidades de San Tao e Fukien.

O diálogo Ocidente/Oriente vai por certo continuar. No próximo século assistiremos ao agigantar do Oriente, orgulhoso das suas culturas milenares, pujante nas suas economias, mas o imenso mundo lusófono pode e deve continuar a ter em Macau a sua ponte cultural com a grande China.

Poderemos todos, se soubermos gerir o presente, manter cativo ali o nosso lugar. Quase diria que não há povo ribeirinho nesse grande espaço que não nos conheça: de Goa a Nagasaki, se um dia distante se falou em português, hoje — sabe-o bem quem conhece essas paragens — resta a recordação, a saudade e a memória de uma cultura oriunda das praias lusitanas e que pelo mundo se foi enriquecendo, dando e recebendo.

Julgo, pois, que há poucas razões para se temer o dia de amanhã, se soubermos compreender o futuro que ali se prepara. Mas o sucesso dos nossos propósitos vai depender grandemente do apoio, do acompanhamento e do envolvimento de instituições de Portugal e do Mundo de Língua e Cultura Portuguesa. Confiamos e vamos prosseguir, com a lucidez, o pragmatismo e a determinação compatíveis com a importância dos desafios que nos são colocados nestes anos derradeiros da Administração Portuguesa, em que se constrói, para funcionar num contexto político-administrativo diferente, o Macau do século XXI.

